



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 21 de Janeiro de 2020

## **Maioria das notas revisadas do Enem era de BA e MG**

5.974 participantes foram afetados por falha na prova, diz Inep

Por Renan Truffi e Hugo Passarelli  
— De Brasília e de São Paulo

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, anunciou ontem que 5.974 estudantes tiveram suas provas corrigidas de forma incorreta no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019. A falha, segundo o instituto, teve origem na impressão das provas e, por isso, a gráfica responsável pode estar sujeita a penalidades contratuais.

Todos os estudantes que tiveram a prova corrigida de forma incorreta já receberam resultados retificados no sistema do exame. Após a revisão, a maioria dos prejudicados registrou desempenho superior ao que havia sido divulgado inicialmente. “No primeiro dia, 90% tiveram suas notas aumentadas com o cartão de respostas correto. No segundo dia,

80% dos participantes tiveram sua nota final aumentada e só 20% ficaram com a uma nota reduzida”, explicou o presidente.

Segundo o órgão, 95% dos casos estavam concentrados em quatro cidades de Bahia e Minas gerais: Alagoinhas (BA), Viçosa (MG), Ituiutaba (MG) e Iturama (MG). O Inep admitiu, entretanto, que encontrou outras 200 inconsistências, aproximadamente, no restante do país. Para ter uma ideia, apenas os Estados de Roraima e Amapá não registraram casos de notas incorretas no exame do ano passado.

Apesar do problema, o Inep procurou enfatizar que os resultados incorretos representaram somente 0,15% do total de provas aplicadas, já que a avaliação teve quase 4 milhões de inscritos.

As provas do Enem são divididas por cores e diferem entre si pela ordem das questões. Logo, os alunos afetados pelo erro tiveram suas provas corrigidas por gabaritos diferentes, o que levou ao resultado

divergente. O Enem utiliza a Teoria da Resposta ao Item (TRI) para calcular a nota dos participantes. Por este método, são avaliadas não só a quantidade de acertos mas também a dificuldade das questões.

De acordo com Lopes, a falha teve origem na impressão das provas. “Na hora de fazer um pacote de prova, a máquina da gráfica engasgava e errava o pacote inteiro”, explicou.

Agora, o Inep estuda se vai penalizar a empresa responsável pela impressão. “Vamos analisar o contrato para saber as penalidades previstas”, disse. Por causa do erro, o Inep resolveu prorrogar o período de utilização da nota no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que adota o Enem para definir a entrada dos alunos em faculdades federais. O sistema abrirá as inscrições hoje, como estava previsto, mas ficará disponível por dois dias extras, até o domingo (26). “Nenhum aluno foi prejudicado porque o prazo para utilização da nota no sistema foi ampliado”, disse Alexandre Lopes.

## Educação: as desculpas vão perder força

*PRISCILA CRUZ E JOÃO MARCELO BORGES*

Culpar governos passados, ou o bode expiatório da vez, uma hora perde a força. Em 2021, alunos brasileiros com 15 anos de idade farão o Pisa, uma avaliação de aprendizagem realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e em 2022, conheceremos sua pontuação. Será difícil escapar da responsabilidade pelos resultados de uma avaliação independente. O governo atual tem de decidir logo (e já com atraso) se manterá o rumo atual — ideológico e ineficiente — ou se fará um compromisso efetivo com estados e municípios em prol da aprendizagem dos alunos, que são brasileiros, não federais, estaduais ou municipais.

O Ministério da Educação (MEC) segue errático em suas iniciativas, mostrando constância apenas na atribuição de culpa a governos anteriores, a Paulo Freire, aos professores, à balbúrdia etc. Infelizmente, problemas sociais não acabam quando findam os mandatos e, se negligenciados, crescem. Que tal unir esforços em vez de só apontar o dedo?

Há muito a ser feito. Estão em curso discussões importantes para fazer avançar a educação básica brasileira que exigem máxima atenção, pois definirão as oportunidades dadas a milhões de crianças e jovens. A despeito da apatia estratégica da gestão federal, alguns atores já entenderam isso.

O Congresso Nacional — em especial o presidente da Câmara,

Rodrigo Maia (DEM) — já compreendeu que o ano traz oportunidades ímpares, como garantir maior eficiência e mais recursos para os alunos mais vulneráveis com a reformulação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação); assegurar uma trajetória escolar com menos percalços a partir da aprovação do verdadeiro Pacto Federativo da educação — o Sistema Nacional de Educação (SNE) — e, por fim, colocar de vez na agenda nacional o desenvolvimento infantil pleno com o início do Biênio da Primeira Infância (2020-2021).

É preciso aprofundar esses debates, tomando cuidado com os possíveis retrocessos. Um deles diz respeito ao Fundeb, discussão que o MEC pretende devolver à estaca zero. Não podemos deixar que seja ignorado o diálogo sobre o assunto construído nos últimos três anos, nem que haja prorrogação do prazo do Fundo sem mudanças. Menos ainda aceitar seu desaparecimento. Protelar a reformulação do Fundo é colocar a melhoria da educação em suspenso; e acabar com ele, promover o caos. Não instituir o SNE, por sua vez, é apostar na descoordenação entre os níveis de governo.

No campo do Executivo, os governadores vêm intensificando seu protagonismo em temas como alfabetização, carreira docente e

ensino médio. Muitos estados, como Pernambuco, Espírito Santo, Amapá, Sergipe, estão implementando junto aos municípios políticas de alfabetização inspiradas no sucesso do Ceará.

O governo federal, por outro lado, prometeu um programa nacional de alfabetização como meta de 100 dias, mas divulgou apenas a Política Nacional de Alfabetização (PNA) — genérica e sem estratégia de implementação. Desde então, pouco tem dialogado com um espectro amplo de especialistas ou com os gestores municipais, principais responsáveis pela alfabetização. Será preciso articular a PNA aos programas já em funcionamento nos estados.

Ademais, em 2020, será crucial assegurar que as pautas relevantes da educação — e não sua defesa genérica — sejam prioritárias para os novos prefeitos a serem eleitos em outubro.

É tempo de decidirmos como o ano de 2020 será lembrado. Apenas como uma coincidência numérica que ocorre a cada século ou como o ano em que o Brasil decidiu priorizar efetivamente a educação básica? A história do ensino básico neste ano dependerá muito da ação do MEC. Se continuar como hoje, não terá parte dos sucessos, mas será responsabilizado por eventuais fracassos. É uma escolha.

Governo tem de decidir se manterá o rumo ideológico e ineficiente ou se fará compromisso em prol da aprendizagem

## O ENEM DA ‘INCONSISTÊNCIA’

*MEC diz que falha atingiu quase 6 mil candidatos, e prorroga prazo do Sisu*

PAULA FERREIRA  
paula.ferreira@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

Após detectar erro na correção do Enem e fazer pente-fino em todas as 3,9 milhões de provas, o MEC reviu as notas de seis mil candidatos, concentrados em quatro cidades. O prazo para inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) começa hoje e foi estendido em dois dias.

Dois dias após ser alertado por estudantes e reconhecer “inconsistências” na contagem de pontos de candidatos que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2019, o Ministério da Educação apresentou ontem a dimensão do problema: 5.974 pessoas — 0,15% dos 3,9 milhões que fizeram as provas — foram afetadas em cerca de 200 cidades, com 96,7% das ocorrências concentradas em Alagoinhas (BA), Viçosa (MG), Ituiutaba (MG) e Iturama (MG). Apenas os estados de Roraima e Amapá não tiveram problemas.

Segundo o MEC, todas as notas já foram corrigidas, motivo por que a abertura de inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi mantida para hoje. O encerramento delas, no entanto, foi prorrogado por dois dias, para o próximo domingo (26). OSis ué aporta de entrada para

as universidades federais e parte das estaduais, para quem fez o Enem 2019 e não zerou a redação.

Responsável pelo exame, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) reafirmou que os erros na correção do Enem foram consequência de uma falha no processo de impressão das provas e dos cartões-resposta, de responsabilidade da gráfica Valid Soluções S. A.—que preferiu não comentara acusação.

O Inep recebeu 172 mil emails de candidatos relatando erros, e todas as 3,9 milhões de provas da última edição do Enem foram conferidas pelo instituto, num trabalho que mobilizou cerca de 300 pessoas. Somente 30 inconsistências foram verificadas no primeiro dia de provas (Linguagens, Ciências Humanas e Redação); as demais ocorreram no segundo dia (Matemática e Ciências da Natureza).

A apuração do Inep indica que houve problema na impressão de lotes de prova, o que justificaria a concentração de erros em determinadas cidades.

— Corrigimos as notas de todos os participantes com todos os gabaritos possíveis e calculamos a proficiência — disse Alexandre Lopes, presidente do Inep. — O que observamos foi que, na hora de fazer um pacote de prova, a máquina fazia o login, “engasgava” e lia errado, aí errava o pacote inteiro.

Segundo Lopes, um problema

mecânico ocasionou a falha na correção da prova. Duas máquinas diferentes imprimem o caderno de questões e o cartão-resposta; depois, uma terceira máquina une os dois papéis, que são identificados com código de barras e o código do participante.

No entanto, um problema no equipamento teria “descasado” aprova e ocartão, fazendo com que uma prova amarela, por exemplo, estivesse vinculada a um cartão-resposta de outra cor.

Ele afirmou ainda que nenhum candidato foi prejudicado e que a falha não macula a aplicação da prova em 2019.

### PROCESSO

O Inep afirmou que vai abrir um processo administrativo contra a Valid. Questionado sobre a possibilidade de excluir agráficado próximo pregão para a realização do Enem, Lopes disse que o órgão “seguirá alei”.

— Será (definido) em função do processo administrativo se a sanção será administrativa ou judicial. Vamos cumprir e seguir as regras de licitação: multa, advertência — afirmou Lopes.— Independentemente disso, já tínhamos abertas duas licitações para nossos processos de gráfica, e estamos estudando como melhorar os contratos.

Entre os candidatos que tiveram anota modificada, o Inep informou que, no caso das provas do primeiro





dia, cerca de 90% dos afetados registraram aumento na nota após a correção. Já entre os candidatos com inconsistência no segundo dia de prova, 80% tiveram acréscimo na média após a resolução do problema.

O Inep sustenta que o erro não interferiu no nível de proficiência da prova, porque o número de falhas é estatisticamente irrelevante para alterar o nível da prova, calculado pela Teoria de Resposta ao Item (TRI) — que confere pesos diferentes às questões, o que permite que alunos que acertaram o mesmo número de questões tenham notas diferentes.

Lopes afirmou que o órgão estuda a implementação de “testes de consistência” para incorporar à correção da prova nos próximos anos.

—Já temos diversos testes de consistência que fazemos a longo do processo de correção. Isso faz com que agente revise o processo e evite que isso aconteça no futuro. Além disso, com a implementação do Enem digital, esse tipo de ocorrência vai deixar de existir. Vamos ter mais confiabilidade.

A Advocacia Geral da União já foi acionada pelo Inep para atender a possíveis questionamentos judiciais que possam vir em relação à edição 2019 do exame, afirmou o presidente do Inep.

#### ‘TIRA A CREDIBILIDADE’

Entre os candidatos a uma vaga na universidade que haviam sido prejudicados, o clima era de alívio com a correção da nota, mas com críticas ao Inep.

—Eu tinha acertado 36 de 45 questões de Matemática e tirado 376,3 pontos. Passo para 833,2. As Ciências da Natureza também aumentou em 300 pontos— disse a estudante Lívia Fialho, de 19 anos, de Viçosa.

Candidata à Medicina na UFV em Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), ela se diz aliviada após a angústia causada pelo erro.

—Antes dessa correção, estava todo mundo desesperado, por não saber se a nota seria corrigida antes do Sisu. Agora foi um alívio. Mas espero que o Inep se prepare melhor para que isso não aconteça de novo, tira a credibilidade do exame e afeta muito o psicológico dos estudantes.

“Antes dessa correção, estava todo mundo desesperado. Agora, foi um alívio. Mas espero que o Inep se prepare melhor para que isso não aconteça de novo, tira a credibilidade do exame e afeta muito o psicológico dos estudantes”

Lívia Fialho, uma das candidatas que teve sua nota corrigida

## Balbúrdia no Enem

*Falha no sistema é nova marca para ministério envolto em cruzada ideológica*

Em mais uma demonstração da inépcia que vem assolando o Ministério da Educação, o responsável pela pasta, Abraham Weintraub, admitiu no sábado (18) a existência de erros nas notas do Enem realizado no ano passado.

O problema, de acordo com o MEC, deveu-se a uma falha da gráfica que passou a imprimir a prova em 2019, após a falência da empresa que fazia o serviço anteriormente.

Verificou-se uma inconsistência entre a identificação de alguns candidatos e a respectiva cor dos exames realizados por eles (cada cor traz uma ordem diferente das mesmas questões). Em razão disso, o sistema corrigiu testes de uma versão como se fossem de outra.

A princípio, o ministério afirmou que os problemas estariam restritos à prova de matemática e ciências da natureza, feita no segundo dia do Enem. Depois, confirmou a existência de falhas também no teste do primeiro dia.

A pasta estimou inicialmente que os erros poderiam ter afetado até 1% dos participantes, ou cerca de 39 mil alunos. Depois, baixou a estimativa para cerca de 6.000.

Embora tenha divulgado dimensões diferentes do problema, o MEC manteve o início do calendário do Sisu, sistema que seleciona alunos para as universidades públicas pela nota do Enem —as inscrições começam

nesta terça (21) e foram estendidas por dois dias, até domingo (26).

Mais prudente talvez fosse dirimir completamente todas as dúvidas antes de dar prosseguimento às etapas seguintes do processo.

Mas seja qual for o universo de estudantes prejudicados, o estrago está feito. As inconsistências encontradas na correção não só abalam a imagem e a credibilidade do exame, hoje o principal meio de ingresso nas instituições federais do país, como dão margem a toda sorte de questionamentos, como a contestação das notas da redação, que não teriam sido afetadas.

Vista em perspectiva, a balbúrdia no Enem constitui apenas o problema mais recente de um ministério cujo desempenho até agora foi pífio, e que passou o último ano consumido por cruzadas ideológicas, trocas sucessivas em cargos de comando e paralisia institucional.

Não à toa, foi o fato de não ter conseguido elaborar um projeto que impediu o MEC de utilizar, em 2019, o dinheiro resgatado da Lava Jato que lhe foi repassado, ao contrário de outras seis pastas também contempladas, conforme revelou reportagem desta Folha.

Em vez de explicar a inação ministerial, Weintraub preferiu atacar este jornal e um dos repórteres que assinaram o texto.

O risco agora é que tamanho despreparo venha a macular também um avanço bem-sucedido na área educacional como o Enem.

# Magnoli sem intermediários

## RÉPLICA

### Nunzio Briguglio

Jornalista há 45 anos com passagens pela **Folha** entre outra dezena de veículos nacionais e internacionais, é assessor do ex-ministro e ex-prefeito Fernando Haddad desde 2006

Antes de mais nada, é preciso destacar que ao assinar uma carta de desafio ao colunista Demétrio Magnoli, tendo como base a coluna dele de 11/01 nesta **Folha**, na qual ele insinua que os ministros petistas teriam interferido na seleção dos livros didáticos durante a vigência do PNLD, o fiz no papel de assessor de imprensa do ex-ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, função que exerço desde

o dia 1º de agosto de 2006.

Por mais que isso tenha incomodado o colunista, foi cumprido todo o protocolo e a assinatura completa revelava a minha condição profissional.

Magnoli provocou uma enorme confusão, talvez porque não tenha dedicado alguns minutos à leitura do decreto 7.085, de 27/01/2010. Primeiro ele insinua que o MEC interferia diretamente na seleção dos livros didáticos do PNLD. Depois, que as comissões que eram constituídas nas universidades para a seleção pedagógica eram todas capturadas por uma espécie de patrulha ideológica com o objetivo de fazer preponderar a repulsa da (mal) deno-

minada "história ocidental" e dos valores que sustentam a democracia, como ele diz na sua coluna de resposta, nesta mesma **Folha** (18/01).

Aos fatos. O decreto 7.085 foi o primeiro documento legal que consolidou práticas com autores e editores. Passou por consulta pública e não foi contestado por nenhuma parte. Os livros selecionados não foram jamais contestados. Não há notícia de uma única ação judicial.

Em seu artigo 14, o decreto estabelece que a avaliação pedagógica será realizada por instituições de ensino superior públicas. No parágrafo 1º, o referido artigo acrescenta que as instituições constituirão equipes formadas por





professores do seu quadro funcional, professores convidados de outras instituições de ensino superior e professores da rede pública de ensino. Jamais um especialista foi questionado.

Ainda no decreto, no item II do artigo 17, está estabelecido que os livros encaminhados para análise pedagógica deverão ser apresentados sem elementos que permitam a identificação do autor, editora, colaborador ou título da obra ou coleção.

Aprovada a obra, só então ela passa a figurar no Catálogo Nacional, e é encaminhada para a seleção do professor.

Foram, durante as gestões petistas, aprovados e rejeitados milhares de livros e constituídas centenas de comissões avaliadoras. Nunca houve uma só reclamação, nem de autores, nem de editoras. Nun-

ca houve um só apontamento seja da CGU, do TCU ou do Ministério Público. Não se tem notícia de qualquer contestação ou ação judicial exitosa.

Ao dizer que sob os governos do PT o MEC interferiu em todos os processos, Magnoli não sabe do que está falando. E, de fato, como ele mesmo diz na última coluna, nunca houve um veto explícito ou direto a um livro específico.

As instituições de ensino superior são convidadas por critérios científicos, nas suas respectivas áreas de atuação. O MEC não tem ingerência nem conhecimento de quem são os especialistas selecionados. Quem escolhe os livros são os professores e a direção das escolas. A seleção, como já foi dito, é feita em livros sem qualquer identificação de autor ou editora.

Na sua coluna do dia 18/01,

Magnoli contrapõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos a um parecer do CNE (Conselho Nacional de Educação). Não vale a pena demorar-se muito na contestação. Obviamente foi um simples erro de interpretação.

Qual é o problema do professor Magnoli? Os livros, a seleção, a comissão de especialistas, a escolha dos professores? Em qual momento exatamente se viu a intromissão do MEC, do FNDE ou de qualquer órgão governamental? Ou o problema foi a provocação deste modesto jornalista?

Magnoli tem conhecimento e prestígio para atacar as proposições do atual governo, não precisa atacar as administrações anteriores. Principalmente quando fala de um processo republicano, transparente e bem sucedido como foi o PNLD.

## MEC encontra erro em quase 6.000 provas e adia fim de inscrições do Sisu

Paulo Saldaña  
BRASÍLIA

O governo Bolsonaro identificou cerca de 6.000 erros em notas do Enem 2019. Além da falha inicial ocorrida na gráfica, também foram encontradas notas erradas provocadas por outras falhas, como na aplicação.

Problemas referentes ao uso de um cartão de resposta reserva, no momento da aplicação da prova, por exemplo, foram identificados durante a força-tarefa realizada desde sábado (18) pelo governo. A quantidade de estudantes afetados por esses problemas de aplicação é pequena, de cerca de 20 casos — eles também tiveram notas alteradas.

Apesar do número reduzido, esses erros teriam sido identificados antes da divulgação caso o processo de realização do exame tivesse sido menos atribulado, de acordo com técnicos do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) ouvidos pela reportagem.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, divulgou no sábado (18) que participantes receberam notas erradas. Na véspera, Weintraub havia comemorado o sucesso na realização do Enem 2019.

Segundo o governo, o erro partiu da gráfica Valid, que passou a imprimir as provas no ano passado. O problema havia atingido inicialmente provas do segundo, mas no domingo veio a confirmação de que falhas também ocorreram no primeiro dia.

Weintraub disse em entrevista nesta segunda-feira (21), à Rádio Gaúcha, que o número de afetados chegaria a 6.000 participantes (cerca de 0,1% do total). Servidores do Inep confirmaram à reportagem essa estimativa, que deve ser anunciada em entrevista convocada para o início da noite desta segunda.

Weintraub ressaltou que o erro teve impacto considerado baixo. O governo manteve o cronograma do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), cujas inscrições se abrem nesta terça-feira (21).

Esse volume de erros leva em conta a análise do Inep, sobretudo a partir das queixas encaminhadas ao governo por candidatos até as 10h desta segunda. Esse prazo final para envio de reclamações foi estipulado na noite de domingo pelo órgão.

O Inep recebeu 75 mil mensagens com reclamações de erros até esse horário. Há relatos nas redes sociais

de participantes que não tiveram tempo para pedir esclarecimento sobre sua nota.

No sábado, o presidente do Inep, Alexandre Lopes, disse que o impacto ainda era incerto, e poderia alcançar até 1% dos candidatos, o que daria cerca de 39 mil candidatos.

Segundo o governo, foram constatados erros na identificação dos candidatos e da respectiva cor de sua prova. A falha ocorreu na gráfica: os arquivos com essas informações teriam chegado ao Inep com divergências, segundo o instituto. O candidato fez a prova de uma cor, mas a nota foi corrigida como se fosse de outra.

O problema teria ocorrido na gráfica por causa de falhas pontuais nas máquinas de impressão. Teriam sido ocasiões em que os equipamentos engasgaram, provando pequenas interrupções no trabalho. O problema é que os protocolos de verificação não identificaram as falhas.

A gráfica que imprimia o Enem desde 2009, a RR Donnelley, faliu em março do ano passado. O governo preferiu contratar a segunda colocada na última licitação ao invés de fazer novo certame.





A gráfica Valid foi então contratada para o serviço mesmo sem ter experiência em serviços parecidos com o Enem. Funcionários do Inep relataram ao longo do ano riscos de problemas com a gráfica, que foram minimizados pelo governo.

Como a inexperiência da gráfica, o processo para impressão foi todo muito corrido, de acordo com técnicos ouvidos pela Folha. A gráfica não tinha infraestrutura adequada para armazenar e manusear os malotes que seriam despachados, por exemplo.

A Valid foi contratada para imprimir o Enem por R\$ 151,7 milhões. A mesma empresa foi contratada pelo governo Bolsonaro em janeiro de 2019 para impressão de outras provas do governo, como o Saeb (avaliação federal da educação básica), aplicado em novembro passado.

O TCU (Tribunal de Contas da União) apura supostas irregularidades nessa última contratação. A secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU apontou irregularidades em relatório de maio de 2019.

O tribunal cita que, na licitação do Enem de 2016, a Valid e a RR Donnelley teria tido comportamento suspeito nos lances por menor preço. Já no pregão de 2019, vencido pela Valid, a RR Donnelley “não apresentou postura competitiva”.

Procurada, a Valid informou por meio de sua assessoria de imprensa que não iria se manifestar.

Também foram minimizados por Weintraub turbulências que atingiram o instituto e o MEC. Lopes, por exemplo, já é o terceiro a presidir o Inep sob o comando de Bolsonaro.

## Notas de cursos da área da saúde têm tendência de alta em sistema federal

Angela Pinho

**SÃO PAULO** Caso a tendência dos últimos cinco anos se mantenha, os alunos que se inscreverem a partir desta terça-feira (21) no Sisu em cursos ligados à saúde deverão encontrar uma dificuldade maior do que os participantes do Enem que se candidatarão para as mesmas graduações há alguns anos.

Áreas como psicologia, nutrição, enfermagem e fisioterapia tiveram o maior aumento na nota de corte entre 2014 e 2019 no Sistema de Seleção Unificada, pelo qual os estudantes vão disputar a chance de ingressar em 237 mil vagas em instituições de ensino superior públicas do país.

Cursos de engenharias, por outro lado, tiveram leve queda na pontuação mínima exigida.

O levantamento considera o processo seletivo do primeiro semestre dos dois anos comparados, levando-se em conta os 15 cursos presenciais que têm hoje o maior número de matrículas.

As notas de corte ano a ano foram compiladas pela plataforma Quero Bolsa a partir de dados fornecidos pelo MEC

(Ministério da Educação). O site viabiliza bolsas e financiamentos e disponibiliza informações sobre o ensino superior, como simuladores de nota para o Prouni e o Fies.

De maneira geral, as notas dos maiores cursos no Sisu permanecem no mesmo patamar, mas algumas apresentaram variações entre 2014 e 2019 que superam os 20 pontos.

A maior variação ocorre na nota média para ingresso em psicologia, que passou de 707,05 pontos para 732,7, uma diferença de 25,65 pontos, seguida de nutrição (24,16), enfermagem (22,35) e fisioterapia (20,46).

No final da lista, três dos quatro cursos em que a nota mais caiu são de engenharia: civil (-23,49 pontos), mecânica (-13,64) e produção (-12,02).

Por outro lado, os três cursos ainda exigem notas altas dos candidatos, superiores a 700. Para efeito de comparação, a nota de corte média de medicina, que costuma ser a mais alta, foi de 797,31 pontos no processo seletivo para o primeiro semestre do ano passado, enquanto a de pedagogia, que tende a estar entre as mais baixas, foi de 612,51.

O aumento da dificuldade para ingressar em cursos de saúde ocorre em um momento de aumento na procura por eles. Entre 2016 e 2018, período em que o ensino superior presencial no país ficou de forma geral estagnado, os cursos de psicologia, por exemplo, registraram alta de 14% no número de candidatos, considerando-se tanto as instituições públicas como as particulares. Em enfermagem, o total de interessados teve um incremento de 24%.

Por outro lado, as engenharias, embora ainda atraiam muitos alunos, tiveram queda na procura — da ordem de 20% dos candidatos no caso da produção.

Para analistas do setor, a situação está diretamente ligada à empregabilidade das áreas, que acaba por influir também nas notas de corte.

"A saúde tem um mercado sempre aquecido e é apontada como profissão do futuro por causa do envelhecimento da população", diz Oscar Hipólito, professor titular da USP também com experiência no setor privado. "Os alunos percebem muito rápido qual área tem mais potenci-

al de gerar empregos."

Pelo mesmo motivo, afirma, a procura por engenharia caiu, já que, com a crise econômica, o investimento em infraestrutura despencou, e o setor enfrentou muitas demissões.

Diretor do Cursinho da Poli, o professor Giba Alvarez concorda. "Engenharia saiu da moda porque já não tem tanto emprego como antes", afirma.

Já cursos de saúde como enfermagem e fisioterapia, em sua avaliação, têm a nota de corte elevada porque vão no embalo da medicina, que mantém o prestígio. Alvarez diz observar que muitos alunos que constatam não ter nota para virar médico acabam optando por outros cursos da área de saúde.

Para aumentar as chances de ingresso do aluno, o Quero Bolsa fez um simulador de notas do Sisu com base na pontuação dos processos seletivos anteriores.

A plataforma orienta o candidato a colocar como primeira opção no Sisu um curso mais desejado que tenha histórico de nota de corte um pouco maior que a sua e como segunda opção algum com nota de corte igual ou inferior; e ao longo do período de inscrição cuidar para que sempre tenha uma opção mais desejável como a primeira, próxima de sua nota, e uma viável como a segunda.

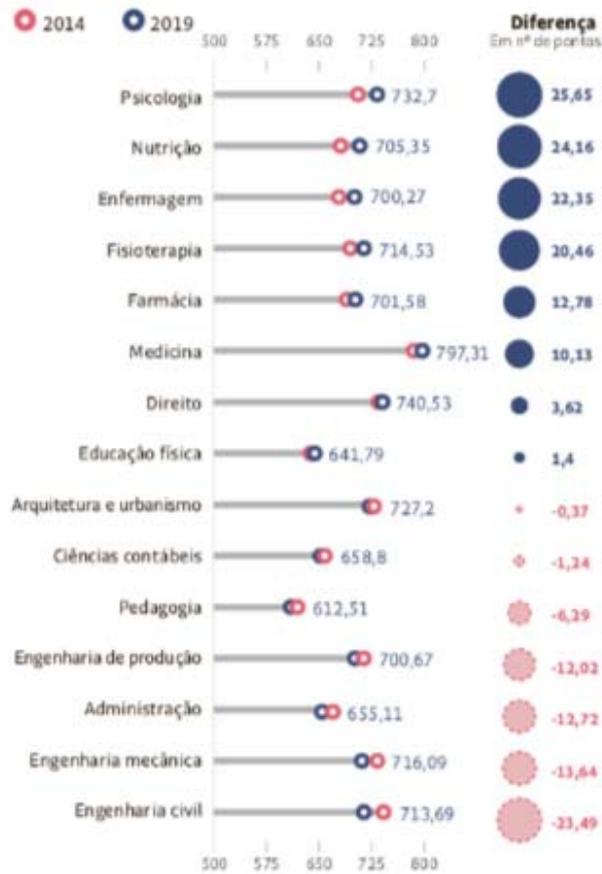




## Nota de corte no Sisu tem subido em cursos da área de saúde

### Notas de corte no Sisu\*

Seleção no 1º semestre



\*Foram considerados os 15 cursos presenciais com mais matrículas no país.  
Fontes: MEC, Inep e Quora Balsa

# Universidades de SP gastam 89% com folha de pagamento

Despesa deve subir após Toffoli equiparar teto salarial das estaduais às federais

Angela Pinho

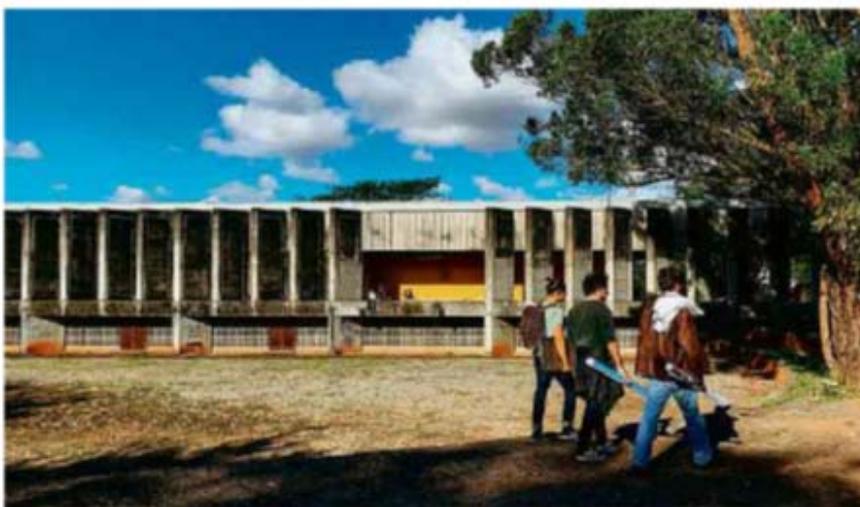
**SÃO PAULO** A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, de equiparar o teto salarial das universidades estaduais às federais vem em momento de melhora nas contas das instituições paulistas. Ainda assim, elas estão longe de cumprir o limite de gasto com pessoal recomendado na legislação.

O salário dos professores das universidades estaduais tinha como referência o dos governadores de estado — no caso de São Paulo, R\$ 23 mil. Com a liminar de Toffoli, o teto passa a ter como referência o salário dos ministros do Supremo, de R\$ 39,3 mil.

Segundo o dado mais recente, de novembro de 2019, as três estaduais paulistas gastam 88,5% do valor liberado pelo estado com a folha de pagamento, menor percentual desde 2011, quando foi de 83,1%. O índice fica em 86,9% no caso da Unesp, 91,2% no da Unicamp e 88,1% no da USP. Em 2016, com a recessão na economia, a média das três ficou em 103,2% (101% na Unesp, 101,5% na Unicamp e 105% na USP).

As universidades paulistas são financiadas por uma fração do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) arrecadado no estado, que tem forte relação com a atividade econômica.

O relativo alívio no orçamento nas três instituições foi alcançado graças a medidas como interrupção de obras, redução de investimentos, e não preenchimento de vagas em aberto. Como a Folha mostrou, elas perderam 11% dos professores de 2015 a 2019.



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em São Paulo Gabriel Cabral - 27.nov.19/Folhapress

No caso específico da USP, contribuiu ainda para a melhora do caixa um programa de demissão voluntária de servidores não docentes.

Embora o pior já tenha passado, o patamar de gasto com pessoal das três universidades ainda está distante do limite de 75% que o decreto que garantiu a autonomia delas em 1989 orienta. Como o texto legal usa a expressão "recomenda-se", as instituições não entendem a orientação como obrigatória.

Alguns efeitos da crise também ainda são notados. A Unesp, por exemplo, conseguiu garantir o pagamento do 13º salário em 2019 só no final do ano, após a sanção de uma lei que prevê o reembolso à universidade do pagamento de servidores que trabalham no Hospital das Clínicas de Botucatu.

Assim como a USP, a universidade tem contado com

professores temporários, que chegam a ganhar R\$ 927 para uma carga de 12 horas semanais. A USP já começou a repor parcialmente o quadro de docentes, e a Unesp planeja fazer o mesmo neste ano.

No ano passado, USP, Unesp e Unicamp decidiram cortar os salários que excediam o teto após pressão do Ministério Público, do TCE (Tribunal de Contas do Estado) e de uma CPI na Assembleia Legislativa.

Até então, elas consideravam que os valores que estavam acima do limite em 2003, quando foi instituído o teto, eram protegidos pelo princípio do direito adquirido.

Em agosto do ano passado, a USP informou que tinha nessa condição 985 servidores da ativa (891 professores e 94 funcionários) e 1.097 inativos.

Em média, o grupo da ativa recebia R\$ 1.513 a mais que

o governador, e os inativos, R\$ 3.424, o que os deixava longe do teto das federais.

Eles tiveram os salários cortados na ocasião. Ainda segundo o divulgado na época, os detentores dos 20 maiores vencimentos continuam a ganhar acima do limite devido a decisões judiciais.

Neste fim de semana, as universidades comemoraram a decisão liminar (provisória) de Toffoli como uma forma de estancar a fuga de cérebros e melhorar a atratividade de seus postos de trabalho.

Também presidente do Cruesp, conselho que reúne os dirigentes das estaduais paulistas, o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, disse que o valor extra cabe no orçamento e que os três reitores devem analisar nesta semana como o adicional será pago e qual será o impacto.

# MEC vê erro em 6 mil provas do Enem e estende prazo de seleção para faculdade

Vinicius Valfré / BRASÍLIA  
Isabela Polhães

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), disse ontem ter achado erros nas notas de 5,974 candidatos. Segundo o órgão, foram checados os resultados de todos os 3,9 milhões de participantes. Apesar do problema, o governo decidiu manter para hoje a abertura das inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que reúne vagas no ensino superior público, mas com um prazo mais longo. Já o Ministério Público Federal (MPF) quer a suspensão do Sisu até correção das falhas.

Segundo Alexandre Lopes, presidente do Inep, o problema foi na gráfica responsável por imprimir as provas. O erro foi na associação entre a cor do caderno de questões ao gabarito correspondente. Com isso, alunos que fizeram a prova amarela, por exemplo, tiveram respostas corrigidas com base no gabarito da prova azul. “A máquina faz a associação da prova com o



Weintraub e Lopes. Ministro e presidente do Inep descartam haver mais provas com erro

gabarito. Em algumas situações, houve o descasamento entre o código da prova e o do aluno. E ele foi corrigido como se ele fosse não da prova amarela, mas de outra cor”, disse Lopes.

Um processo administrativo será aberto contra a gráfica Valid, que imprimiu as provas em 2019 pela primeira vez. A empre-

sa será notificada para se explicar, mas Lopes evitou falar em punições e disse que o processo obedecerá o contrato. Procurada, a Valid – contratada em 2019 de forma excepcional (*leia mais nesta pág.*) – não se manifestou. O Inep disse não ter detectado se o erro teve origem em falha humana ou somente mecânica.

## ● Oferta de vagas

# 237.128

vagas são ofertadas pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em 128 instituições de ensino de todo o País. As inscrições começam hoje.





**Sisu.** O episódio, definido por Lopes como “susto”, fez com que a data-limite de inscrições no Sisu fosse estendida em dois dias. Pelo cronograma inicial, a inscrição seria até sexta. Agora, será até domingo. Com o Enem, o candidato disputa vagas em universidades públicas.

“Não houve prejuízo, mas, para dar mais tranquilidade aos alunos, o ministro (*Abraham Weintraub*) determinou ampliar o prazo”, disse Lopes. As falhas foram concentradas em quatro cidades. Viçosa, Ituiutaba e Iturama, em Minas, e Alagoinhas, na Bahia, registraram mais de 95% delas. Outros 116 erros apareceram em ao menos uma prova nos demais Estados, exceto Roraima e Amapá.

O Inep afirmou que só houve inconsistências nas provas objetivas (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) – redações não foram afetadas. Houve problemas nos dois dias de prova (30 no primeiro e a ampla maioria no segundo). O e-mail oferecido pelo Inep para que alunos relatassem problemas recebeu 172 mil mensagens, bem mais do que os erros achados, mas o

Inep garante que o problema é restrito aos 5.974 casos.

Já o MPF vê risco “a milhares de estudantes” e pede que o Sisu seja suspenso até concluir a apuração. O Inep não se manifestou sobre esse pedido, mas na coletiva de imprensa disse já manter contato com a Advocacia-Geral da União (AGU).

**Nova nota.** Com a reavaliação, cerca de 80% do grupo afetado ficou com notas maiores, diz o Inep. Os novos resultados estão disponíveis na página do candidato – há casos em que a diferença entre a nota anterior e a revisada superou 400 pontos (em escala de zero a mil).

Maria Estér Sanches, de 18 anos, disse ter recebido ligação de Lopes para se desculpar. Ela concluiu o ensino médio em 2019 e quer vaga em Medicina. “Fiquei chateada quando vi o boletim, porque tinha ido muito mal. Pior até do que nos anos anteriores, quando fui treineira. Achei que a culpa fosse minha e tinha preenchido errado o cartão de respostas.” A nota dela em Matemática foi de 431 para 917 pontos e, em Ciências da Natureza, de 402 para 690.

## TCU já recomendou mais tecnologia para a prova

No ano passado, o órgão havia defendido o uso de digitalização para dar segurança ao processo de impressão do Enem

Ao liberar a contratação da gráfica responsável por imprimir o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou ao Ministério da Educação (MEC) buscar nas próximas edições “incorporar evoluções tecnológicas de digitalização e automatização dos processos gráficos relacionados à impressão e preparação das provas” para mais segurança.

Do modo como o Enem é montado, o cartão de resposta do candidato não tem dispositivo tecnológico para identificação, como leitor ótico. O que houve este ano, diz o MEC, foi erro no reconhecimento de cartões de resposta de alunos e da respectiva cor das provas feitas.

A recomendação do TCU foi em abril, quando o órgão liberou em caráter excepcional ao Inep contratar a Valid sem licitação. A empresa que imprimiu as provas dos anos anteriores, a RR Donnelley, decretou falência e o Inep (órgão responsável pelo Enem) alegou não haver tempo para abrir nova licitação e, por isso, contratou a 2.ª colo-

cada do último pregão do Enem. Ao dar aval, o TCU determinou que o Inep modifique nos próximos anos as regras das seleções, consideradas lesivas à livre concorrência. Os principais problemas vistos pelo TCU foram o modelo de qualificação econômico-financeira dos participantes e a experiência, mas também apontou a necessidade de exigir “inovações tecnológicas”.

Em resposta ao TCU, em outubro, o presidente do Inep, Alexandre Lopes, disse que, para estudar quais inovações tecnológicas podem ser feitas, determinou fazer contrato com a Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica. À época, disse que a contratação seria em 120 dias. Procurados, MEC e Inep não disseram quais novas tecnologias serão exigidas da empresa que produzirá o próximo Enem – quando também é previsto teste do piloto da versão digital.

**Críticas.** Técnicos ouvidos pelo Estado apontam que a Valid não tinha estrutura e tecnologia suficiente para armazenar e manusear as provas. “O ministério precisa informar quanto custou esse erro (*nas notas dos estudantes*) e quem vai arcar com isso”, disse Carlos André Nunes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Comissão de Concurso Público do Senado / LP.

## ENEM »

**Prova corrigida, mas dúvidas persistem**

De acordo com o presidente do Inep, Alexandre Lopes, foram revisadas as notas de 5.974 testes, o que equivale a 0,15% dos participantes do exame. Para não haver prejuízos aos candidatos, a janela para o Sisu foi prorrogada até o próximo domingo

MARIA EDUARDA CARDIM



Lopes explicou que houve um descasamento entre as questões e o gabarito, que ocorreu durante a impressão. Gráfica corre risco de punição pelo Inep

Um dia antes da abertura do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) confirmou que as notas das 5.974 provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019, nas quais foram encontradas inconsistências, foram corrigidas até ontem. O número representa 0,15% do total de presentes (aproximadamente 3,9 milhões de estudantes) na prova. Os resultados foram atualizados no

mesmo dia na página do participante, no aplicativo do Enem. Mas muitas dúvidas persistem.

De acordo com o presidente do Inep, Alexandre Lopes, todos os testes desses participantes prejudicados foram analisados. O problema, segundo a instituição, ocorreu na gráfica que imprime o exame. “Foi na associação entre a prova e o gabarito. Houve um descasamento em algumas situações entre o código da prova e o código do aluno. Isso fez com que o participante tivesse sua prova corrigida com o gabarito de outro caderno”, esclareceu Alexandre, em coletiva de imprensa.

O presidente do Inep garantiu que não houve nenhum problema na correção da redação. “A redação é um processo de correção diferente. Ela não tem esse processo de associação”, explicou.

Das 5.974 notas que tiveram inconsistências encontradas, 5.858 casos estavam concentrados em quatro cidades: Alagoinhas (BA), Viçosa (MG), Ituiutaba (MG) e Iturama (MG). Os outros 116 casos estão espalhados por todas as unidades da Federação, com exceção de Roraima e Amapá.

Desde a última sexta-feira, os participantes se manifestaram pelas redes sociais sobre a inconsistência nas notas. Cerca de 172 mil pessoas

mandaram e-mail para o Inep contestando a nota que obtiveram no Enem. “Mesmo aquele candidato que não mandou e-mail pode ficar tranquilo, pois teve sua nota analisada”, ressaltou.

Ainda segundo o Inep, a maioria das notas corrigidas aumentou, mas houve casos de resultados que caíram após a revisão. Uma força-tarefa de 300 pessoas trabalhou 24h por dia, desde sexta-feira, para que a correção fosse feita antes da abertura do Sisu, que acontece hoje. Para tranquilizar os alunos, o Ministério da Educação prorrogou por mais dois dias o prazo para inscrições no sistema.

“Não houve prejuízo aos alunos, mas, para dar maior tranquilidade a eles, o ministro (da Educação, Abraham Weintraub) determinou a extensão da inscrição para o Sisu até domingo. São dois dias a mais para dar conforto a pessoas que viram suas notas corretas hoje (ontem)”, afirmou Alexandre.

As inscrições podem ser feitas até dia 26, e o resultado do Sisu sairá dia 28. O desempenho no Enem é critério para concorrer ao Sisu, que oferece 237 mil vagas em universidades federais em todo o país.

Versão digital

Apesar do problema, Alexandre ressaltou que o Enem 2019 foi muito





bem aplicado. “A prova tem sido elogiada pelos participantes e professores. Foi uma aplicação muito calma do Enem. O importante é que nós conseguimos entregar para a sociedade os resultados adequados, em tempo hábil, sem prejuízos para os alunos. O Enem 2019 continua sendo muito bem realizado”, ressaltou.

Mais cedo, Abraham Weintraub, por meio de um vídeo divulgado nas redes sociais, se desculpou pelo “susto”. “Desculpem pelo susto. Não se deixem levar por pessoas alarmistas. Está tudo normal e tudo sob controle. Façam suas inscrições agora no Sisu, boa sorte e fiquem tranquilos”, disse, tentando acalmar os estudantes. Contudo, continuam inquietos, com muitas críticas ao MEC disparadas nas redes sociais.

Ainda na coletiva de imprensa, Alexandre declarou que outros tipos de testes de consistências, ao longo do processo de correção, podem ser implementados para evitar o erro que houve. “Com a implementação do Enem Digital, a partir do ano de 2020, esse tipo de ocorrência vai deixar de existir, já que vamos deixar de ter movimentação de papel”, pontuou.

Quanto a uma possível punição da gráfica responsável pela

impressão do exame, o presidente do Inep afirmou que a área de gestão de contratos notificará a empresa e pedirá explicações. “Tudo será feito dentro do contrato. Ela está sujeita às penalidades que já estavam previstas”.

Tábata considera injusto começo hoje das inscrições

A deputada federal Tábata Amaral (PDT-SP) classificou como “injusto” o plano do Ministério da Educação de iniciar hoje as inscrições no Sisu, mesmo com relatos de inconsistência na redação do Enem. “É injusto começarem amanhã (hoje) as inscrições no Sisu para ingresso nas universidades, enquanto não há segurança sobre as notas”, escreveu a deputada. “O prazo para pedir a correção foi muito curto, precisa ser prorrogado. Muitos candidatos ainda não tinham conhecimento do problema com as notas.” No sábado, o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, afirmou que se estima que um número inferior a nove mil candidatos tenham sido afetados por correção equivocada durante o Enem. Para a parlamentar, falta “sensibilidade e humildade ao MEC”. “É hora de pensar no drama dos candidatos e não na imagem do Governo. Isso é um absurdo!”, postou a parlamentar.



## Após problemas no Enem, Sisu ficará aberto por mais 2 dias

Anúncio foi feito pelo ministro da Educação nesta segunda-feira

Por Bruna Saniele –  
Repórter da Agência Brasil  
Brasília

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) estará aberto de terça-feira (21) até domingo (26), ou seja, por mais dois dias, por causa das falhas ocorridas na correção de algumas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O anúncio foi feito pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, nesta segunda-feira (20) pela rede social Twitter.

O ministro afirmou que as inconsistências ocorreram em menos de 6 mil provas dentro das mais de 5 milhões de inscrições feitas para a prova. Segundo o ministro, os

problemas foram concentrados em quatro cidades: Alagoinhas, na Bahia, e Ituiutaba, Iturama e Viçosa, em Minas Gerais, no segundo dia de exame.

“O problema basicamente foi na hora da impressão, que a máquina pulou. Então foi um problema com a impressão da prova. Não foi na hora de contabilizar. A pessoa praticamente tem uma nota inteira da segunda prova negativada,” disse Weintraub.

O ministro pediu desculpas pelo ocorrido e garantiu que as inscrições para o Sisu ocorrerão sem problemas.

### Correção

Os estudantes que querem revisão em suas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tiveram até as

10h de hoje (20) para enviar a solicitação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Em comunicado no Twitter, o Inep explicou que as correções só seriam possíveis até as 10h para que a equipe técnica do instituto tivesse “tempo hábil de fazer toda a conferência necessária até o fim do dia, quando os resultados finais serão divulgados”.

No sábado (18), a autarquia do Ministério da Educação, responsável pela aplicação do Enem, informou que foram encontrados quatro casos de inconsistências na correção da segunda prova do exame. Os resultados do Enem 2019 foram divulgados na sexta-feira (17).





A equipe técnica do instituto identificou que se tratava de inconsistência na transmissão de dados que a gráfica envia ao Inep para processamento das notas e que era restrita a um grupo de participantes. A ocorrência gera contradições na associação entre o participante e a cor de sua prova, o que causa impacto na média de proficiência.

Ainda na noite desta segunda-feira, o Inep fará uma coletiva de imprensa em que deve divulgar o resultado das correções.